

TRÊS ESTUDOS SOBRE A RECEPÇÃO DA ANTIGÜIDADE

Robert SOLÉ, *L'Égypte, passion française*. Paris, Seuil, 1997.

Jean-Christophe SALADIN, *La bataille du grec à la Renaissance*. Paris, Les Belles Lettres, 2000.

Françoise WAQUET, *Le latin ou l'empire d'un signe*. Paris, Albin Michel, 1998.

*José Antonio Dabdab Trabulsi\**

Na medida em que se confirma e se reforça o declínio dos estudos clássicos nos meios escolares e universitários, e que verdadeiramente desaba o universo das referências antigas no saber partilhado de nossos contemporâneos (mesmo os mais cultos), podemos constatar – paradoxo apenas aparente – uma espécie de *boom* nos trabalhos sobre o espaço, imenso e prolongado, que a Antigüidade ocupou na vida e no imaginário da cultura ocidental ao longo dos séculos. Só para lembrar alguns, poderíamos citar trabalhos importantes como os de Roger-Pol DROIT (org), *Les Grecs, les Romains et nous. L'Antiquité est-elle moderne?* Paris, LeMonde Éditions, 1991; Oliver TAPLIN, *Les enfants d'Homère. L'héritage grec et l'Occident*. Paris, Robert Laffont, 1990; Moses FINLEY e Cyril BAILEY (org), *L'héritage de la Grèce et de Rome*. Paris, Robert Laffont, 1992; e Barbara CASSIN (org), *Nos Grecs et leurs modernes*. Paris, Seuil, 1992. E só se trata aqui de alguns dos trabalhos mais influentes. Eu mesmo trabalhei nesta linha, com meu livro sobre *Religion grecque et politique française au XIXe*

---

\* Professor Titular de História Antiga — UFMG.

E:mail: dadbdabtrabulsi@aol.com.br

*siècle. Dionysos et Marianne* (Paris, L'Harmattan, 1998) e uma pesquisa em curso sobre a historiografia da cidade grega no século XX.

Sempre neste sentido, três livros recentes, com abordagens bem diversas, mas com uma preocupação comum, chamam a atenção. Inicialmente, Robert Solé, ex-redator-chefe do prestigioso jornal francês *Le Monde*, nascido na cidade do Cairo numa família egípcia de origem libanesa e de cultura francesa, passa em revista dois séculos de relações entre o Egito e a França (e, em contraponto, também, a Inglaterra). Ele parte do que ele chama “o encontro de dois mundos” (p. 17-151), na época em que a França revolucionária se interessará pelo Egito, com a expedição de Bonaparte e sua “missão” de eruditos, artistas e cientistas, que revelaram o Egito ao mundo, “senão a ele mesmo”, segundo a feliz expressão do autor. Como resultado, Champollion e Mariette farão nascer a egiptologia moderna, e o livro que resultou da expedição, *La description de l'Égypte*, vai se afirmar como o livro fundador desta nova ciência. No livro de Solé, que demonstra um trabalho de documentação impressionante, o prazer do relato não deixa de estar presente, longe disso, e podemos apreciar em especial o romance de suspense da transferência do obelisco das margens do Nilo até o centro de Paris (“Um obélisque pour la Concorde”, p. 114-125). Mais tarde, Lesseps e o canal de Suez, as grandes aventuras e realizações da Escola Francesa do Cairo e das campanhas arqueológicas e científicas, e a influência forte do Egito antigo redescoberto sobre as artes ocidentais. Finalmente, o “divórcio”, com a desastrosa e desastrosa expedição franco-britânica de Suez, antes do reencontro parcial entre os dois países com o que se chamou a “política árabe de De Gaulle” e a paixão, pública e privada, de François Mitterrand pelo Egito. De Napoleão aos pés das pirâmides até a pirâmide de vidro e aço do Novo Louvre, uma paixão tão forte quanto tumultuosa uniu a França ao Egito, paixão que muitas vezes foi feita de pilhagens e interesses mesquinhos, mas também freqüentemente feita de curiosidade científica e amor pelo conhecimento. E que, de certa maneira, reinventou a Antigüidade faraônica e recolocou o Egito antigo no patrimônio geral da humanidade. Livro de um não-especialista, ele opta muitas vezes pela crônica em lugar da análise, mas é tão rico que, no que se refere a análises, ele propõe um grande número, e de grande qualidade. Leitura a uma só vez agradável e necessária.

Em seguida, Jean-Christophe Saladin, doutor em história, oferece-nos um livro muito rico e erudito, *La bataille du grec à la Renaissance*. O autor examina a maneira pela qual o grego, desaparecido da Europa por vários

séculos, faz seu retorno com muita força no século XV. Houve, então, uma verdadeira “batalha” em torno do grego, luta que o autor reconstitui em seus principais movimentos: inicialmente, no período entre 1360 e 1521, o momento do retorno do grego, no início uma luta contra o esquecimento (ou, mais que isso, contra uma amnésia milenar). Ele identifica neste momento um verdadeiro “desejo do grego” (p. 32 *sq.*), seguido de uma “reivindicação do grego” (p. 36 *sq.*). Ele nos conduz então ao universo fascinante das traduções humanistas, nos torna íntimos de Bessarion, de Marsílio Ficino, nos introduz no atelier de impressão de Aldo Manúcio. Retorno do grego era neste momento sinônimo de retorno de Platão, contra Aristóteles em latim e a escolástica. Erasmo ousa contestar a Vulgata latina em nome da “verdade” grega: houve escândalo. Lutero contesta a autoridade de Roma, e os humanistas são acusados de fazer o jogo da Reforma. Segundo movimento identificado pelo autor: entre 1516 e 1520 (trata-se de “movimentos” e não de períodos estanques), “a crise das línguas sagradas” (p. 145-300), quando o grego e o hebreu, identificados como inimigos do latim e da tradição, são vivamente contestados. Terceiro movimento, que vai estabelecer um equilíbrio secular, é uma “restauração contrariada” (p. 305-402). É o Concílio de Trento que vai decidir de forma brutal (1545) a proibição das fontes gregas e hebraicas, e a proibição dos que as editavam e imprimiam. Nessa Europa católica controlada de perto pela Contra-Reforma, o grego passará ao segundo plano, em proveito da exclusividade do latim. Esta batalha, apaixonante e plena de conseqüências para a história intelectual da Europa, é-nos restituída com um luxo de detalhes, uma abundância de documentação, e um conhecimento do assunto que forçam a admiração. Em alguns momentos, teríamos apreciado sair um pouco das querelas teológicas para explorar um pouco mais os autores antigos (além de Platão) e as modalidades de sua apropriação. Da mesma forma, o peso da erudição esmaga em certos momentos o sentido das análises, prejudicando sua clareza. Mas nada disso impede que consideremos desde já este livro como um clássico dos estudos sobre “a tradição clássica” na Europa (ele, na verdade, se situa mais no interior desta corrente de trabalhos já antiga e tradicional).

Finalmente, Françoise Waquet, diretora de pesquisas no CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica da França), e especialista em história intelectual, produz este *Le latin ou l'empire d'un signe. XVIe-XXe siècle*, livro na minha opinião exemplar neste campo de pesquisa, uma espécie de “justo meio” entre as outras duas obras aqui examinadas. Uma das origina-

lidades do livro é a de adotar não um corte cronológico, e sim uma organização do assunto estruturada por uma questão global, e que implica uma tese de conjunto para explicar um fenômeno tão importante. A autora começa pela explicação do latim como “o signo europeu”, segundo a expressão de Joseph de Maistre (1819). Ela explora (p. 17-143) o lugar do latim na Escola, na Igreja, nas ciências e na diplomacia. O latim veio a se constituir, para uma parcela da população européia (preferencialmente de sexo masculino e da elite, é verdade), numa espécie de “mundo familiar”, familiar por força da repetição, por vezes penosa – e os esforços relatados nos provocam muitas vezes o riso – (p. 126 *sq.*), mas também familiar e às vezes inesquecível como guia da busca da liberdade de pensamento ou da “descoberta da sexualidade” (p. 140 *sq.*). Sua segunda parte, “Competências e performances, o escrito e o oral” (p. 147-205), é sem dúvida a chave de toda a sua explicação. Ela desenvolve uma demonstração muito interessante e irrefutável (será que nós já não sabíamos disso inconscientemente?) que consiste em dizer que o conhecimento do latim (e o mesmo vale para o grego) sempre foi apenas medíocre quando não foi fraquíssimo, que nunca houve uma idade de ouro em que o latim tivesse sido bem conhecido e praticado, seguida por um declínio lento e irreversível. Muito pelo contrário, ela mostra como o século XIX, por exemplo, parece ter sido um momento de relativo brilho em relação ao século XVIII. Mas – e isto é muito importante – mesmo nos momentos privilegiados, o latim era mal conhecido. É com prazer, e por vezes com malícia, que acompanhamos os esforços desesperados para se aprender ou ensinar o latim ao longo dos séculos, para elogiá-lo ou criticá-lo, para propor seu desenvolvimento ou, ao contrário, para suprimi-lo completamente do ensino. É esta constatação inapelável que abre à autora sua idéia central, exposta na terceira parte (“O que o latim quis dizer”, p. 209-318), segundo a qual o latim foi um signo, uma marca, para “fazer o homem” (p. 213 *sq.*), para “classificar” (p. 246 *sq.*) entre eleitos e excluídos, um “poder de dizer e de esconder” (p. 273 *sq.*), e também uma espécie de “nostalgia do universal” (p. 303 *sq.*).

Familiar, a despeito de sua alteridade, mal dominado, apesar de sua importância no ensino, “o latim vai dever sua legitimidade e sua duração menos ao que ele dizia do que ao que ele significava”. Toda essa história dura (e nós estaremos totalmente de acordo com a autora) até meados do século XX (os anos 60, grosso modo). E a quê, então, se deveu o apagamento do latim? A autora exclui as razões de natureza lingüística: ela explica

que as línguas modernas já tinham tirado do latim a função de vernáculo havia vários séculos; por outro lado, as decisões da Igreja (Vaticano II) e da Escola (reforma do ensino de Edgar Faure, na França, por exemplo) foram importantes, sem dúvida, mas o latim já se encontrava em situação de declínio acelerado, e podemos muito bem encarar tais medidas mais como um acompanhamento da realidade do que como a causa do declínio. Qual seria então a razão? Deixemos a explicação nas palavras da autora: “O latim desapareceu por não significar mais nada para o mundo contemporâneo. Tudo o que ele havia encarnado – uma certa idéia do homem, uma forma de distinção, um sistema de poder, um horizonte universal e, para além disso, uma concepção da sociedade, de sua ordem, de suas normas – não era mais válido, ou se dizia de outra forma, e o modelo cultural hegemônico de que ele participava estava sendo objeto de concorrência vitoriosa” (p. 320-321). Em resumo, foi o mundo que mudou, e “é claro, nessas condições, que o latim não desempenhará mais o papel que foi outrora o seu; ele não pode mais desempenhá-lo” (p. 321). A originalidade do livro é que tanto o estudo em si quanto a conclusão são feitos sob a forma da constatação e da análise, e nunca a da lamentação chorosa à qual nós sempre estivemos, infelizmente, habituados nos textos que trataram do assunto. Françoise Waquet termina o livro com propostas para o futuro, que consistiriam em substituir um ensino diluído e de fraco resultado, por uma formação realmente avançada e especializada, dirigida àqueles que realmente se interessam pelo assunto. Nada de chavões sobre “a herança imperecível” ou sobre a “ginástica intelectual insubstituível” que seria fornecida pelo estudo de uma língua privilegiada; discursos não possuem mais qualquer “garra sobre a realidade”.

O livro de Waquet é impressionante por sua clarividência, sua capacidade explicativa de um grande enigma da cultura ocidental, e seu método de investigação é realmente inovador no domínio dos estudos sobre a Antigüidade. Pierre Vidal-Naquet disse faz tempo (na época, a opinião causou escândalo nos meios clássicos) que no dia em que não houvesse mais tradição clássica, o mundo não desmoronaria por causa disso na manhã seguinte. É verdade. Mas, por outro lado, há algo que não poderá mais ser mudado: o fato de que, durante séculos, a Modernidade caminhou ao lado, adiante, atrás, contra ou a favor, mas sempre com um olho colado na Antigüidade. Donde a necessidade de estudos como os três que eu pretendi comentar aqui.